

RESEARCH ARTICLE

Professores de sociologia do ensino médio do Nordeste: cenários de adequação docente a partir dos Censos Escolares (2013 e 2019)

Wilson Fusco^{a,1}, Alexandre Zarias^{b,2}, Darcilene Cláudio Gomes^{c,3}

(a) Doutor em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) | Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco | Recife, Brasil / Investigador colaborador do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa | Lisboa, Portugal | **Lattes ID:** <http://lattes.cnpq.br/5785590497886670>

(1) **E-mail** (Corresponding author): wilson.fusco@fundaj.gov.br

(b) Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) | Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco | Recife, Brasil | **Lattes ID:** <http://lattes.cnpq.br/5482409611323174>

(2) **E-mail:** alexandre.zarias@fundaj.gov.br

(b) Doutora em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) | Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco | Recife, Brasil | **Lattes ID:** <http://lattes.cnpq.br/9776555032114922>

(2) **E-mail:** darcilene.gomes@fundaj.gov.br

História do artigo / Article history

Recebido: 22 fevereiro 2021 | Aceito: 14 abril 2021 | Publicado online: 04 junho 2021.

© O(s) Autor(es) 2021 | Publicado por RBRAEM. Este artigo é publicado com acesso aberto sob os termos da licença internacional Creative Commons Attribution 4.0 (CC BY-NC 4.0).



RESUMO

Resumo | O objetivo deste artigo é avaliar a adequação para a docência de professores e professoras de Sociologia do Ensino Médio, no Nordeste, com base nos microdados dos Censos Escolares (2013 e 2019) produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Em primeiro lugar, apresenta-se a estrutura etária desses profissionais por sexo. Em seguida, a distribuição das escolas com turmas de Sociologia, segundo o tipo de dependência administrativa. Na sequência, a distribuição do tipo de contrato profissional segundo o sexo do docente. Posteriormente, desenha-se o panorama de adequação de formação de professores por unidade federativa da região. A seguir, correlaciona-se essa forma de adequação em função do tipo de contrato de trabalho. Por último, criou-se um

cartograma e uma tabela sobre a região Nordeste, a partir dos quais visualizamos as diferenças intrarregionais no que diz respeito à adequação desses profissionais para o ensino de Sociologia. Tomando-se como parâmetros a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Plano Nacional da Educação 2014-2024, conclui-se que a maioria dos professores de Sociologia do Nordeste não tem formação superior compatível com a área de conhecimento, numa distribuição regional discrepante.

Palavras-chave | Professores. Sociologia. Ensino Médio. Nordeste. Censo Escolar.

ABSTRACT / RESUMEN

Sociology teachers of secondary education in the Brazilian Northeast region: teaching adequacy scenarios from School Census (2013 and 2019)

Abstract | The goal of this paper is to evaluate the high school Sociology teacher's adequacy in the Northeast Region of Brazil, based on microdata from School Censuses (2013 and 2019), produced by the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP). At first, it is presented the age structure of these professionals and the distribution of schools with Sociology classes, according to the administrative category (public or private) of the institution. Further, it shows the distribution of the type of professional contracts according to gender. After that, the scenario of adequacy between the bachelor's major and teaching subject is described, related to each federative unit. Next, the adequacy is analyzed in terms of the type of employment contract. Finally, a cartogram and a cross-tabulation were created, from which we visualize the intraregional differentials regarding the bachelor's major adequacy of these professionals for teaching Sociology. Considering the Law of Directives and Bases of National Education and the National Education Plan (2014-2024) as parameters, it is concluded that most of the Northeast Sociology professors have no bachelor's major compatible with Sociology as a subject in secondary school, as well as an important unbalanced regional distribution.

Keywords | Teachers. Sociology. High School. Northeast Region of Brazil. School Census.

Maestros de sociología de la educación secundaria en la región Nordeste brasileña: escenarios de adecuación docente a partir de los Censos Escolares (2013 y 2019)

Resumen | El objetivo de este trabajo es evaluar la adecuación del maestro de Sociología de la enseñanza secundaria en la Región Nordeste de Brasil, a partir de microdatos de Censos Escolares (2013 y 2019), elaborados por el Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas Anísio Teixeira (INEP). En un primer momento se presenta la estructura por edades de estos profesionales y la distribución de las escuelas con clases de Sociología, según la categoría administrativa (pública o privada) de la institución. Además, muestra la distribución del tipo de contratos profesionales según género. Posteriormente, se describe el escenario de adecuación entre la carrera de grado y la asignatura docente, relacionado con cada unidad federativa. A continuación, se analiza la adecuación en función del tipo de contrato laboral. Finalmente, se elaboró un cartograma y una tabulación cruzada, a partir de los cuales visualizamos los diferenciales intrarregionales en cuanto a la mayor adecuación de la licenciatura de estos profesionales para la docencia en Sociología. Tomando como parámetros la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional y el Plan Nacional de Educación (2014-2024), se concluye que la mayoría de los profesores de Sociología del Nordeste no cuentan con una carrera compatible con Sociología como asignatura en el nivel secundario, así como una importante distribución regional desequilibrada.

Palabras-clave | Maestros. Sociología. Escuela secundaria. Nordeste brasileño. Censo escolar.

Introdução

O objetivo deste artigo é avaliar a adequação para a docência de professores e professoras de Sociologia do Ensino Médio no Nordeste. As informações apresentadas são

provenientes dos microdados dos Censos Escolares produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2013 e 2019. A formação docente é um dos indicadores que aferem a qualidade da educação básica. Vista ao lado do tipo de inserção

no campo profissional, ela pode nos oferecer um cenário para avaliação do grau de adequação de docentes para o ensino de Sociologia no Ensino Médio.

Uma formação adequada para a docência corresponde ao exercício da atividade profissional, de acordo com a formação superior em licenciatura, dentro do campo de conhecimento específico no qual se dá. Logo, para um professor ou professora de Sociologia, considera-se adequado seu exercício profissional desde que este ou esta tenha licenciatura em Ciências Sociais.

Tal indicador é calculado para cada uma das etapas de ensino da Educação Básica: infantil, fundamental e médio. Ele é obtido dividindo-se a quantidade de docências com professores cuja formação superior esta adequada a área de conhecimento que lecionam pela quantidade total de docências do nível selecionado.

Computando-se todas as etapas de ensino, e tendo como referência a LDB e o PNE, o INEP calculou que 52,5% dos professores tinham formação adequada em 2015. No Nordeste, essa proporção chegava a apenas 38,2% (BRASIL, 2018).

A seguir, com base na metodologia desenvolvida pelo INEP, trataremos da adequação de professores e professoras para o ensino de Sociologia na região Nordeste. Trata-se da continuação de uma série de estudos que vimos desenvolvendo desde 2013 (GOMES et al, 2017; ZARIAS et al, 2014; ZARIAS et al, 2017; ZARIAS et al, 2018), e que tem ajudado na organização do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio).

Marcos legais da formação docente

A Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo III, que trata da Educação, da Cultura e do Desporto, estabelece, em sua Seção I, Art. 205, que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Para alcançar esses objetivos, está prevista a elaboração de um “plano nacional de educação, de duração decenal” (Art. 214). Segundo esse mesmo artigo da Constituição, o plano visa “articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração”. Ainda, por meio de “diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação”, busca “assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas”.

Dentro da previsão constitucional, está em vigência a Lei 13.005/2014, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), dando outras providências, para o decênio 2014-2024. O PNE tem como diretrizes (Art. 2º):

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, Lei 13.005/2014, 25 de junho de 2014).

Essas diretrizes desdobram-se em 20 metas a serem alcançadas no decênio 2014-2024, as quais estabelecem estratégias e prazos para assegurar a determinação constitucional acerca dos direitos à educação no país. Desse conjunto de disposições, destacamos a nona diretriz, que trata da valorização dos profissionais da educação, e as Metas 15 e 16 de PNE, que determinam:

Meta 15 - Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16: Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. (BRASIL, Lei 13.005/2014, 25 de junho de 2014)

Cada meta, por sua vez, constitui um conjunto de estratégias. No que diz respeito à formação de professoras e professores, abrangem tanto a licenciatura (Meta 15), quanto a pós-graduação (Meta 16), traçando um plano de formação inicial e continuada para o exercício da profissão docente.

Além da Constituição Federal e do PNE, destaca-se a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). Seu Título VI, artigos 61 ao 67, trata dos “Profissionais da Educação”. Especificamente, seu Art. 62, estabelece que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (Brasil, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

É nesse contexto, portanto, que se insere este artigo. Com o objetivo de analisar a adequação da formação acadêmica de docentes e o componente curricular que lecionam, toma uma série de indicadores que traçam um panorama capaz de monitorar a efetivação de políticas públicas previstas no PNE bem como o cumprimento de determinações legais constitucionais e infraconstitucionais do âmbito da educação.

Metodologia

A principal fonte de dados secundários utilizada para atender aos objetivos deste artigo foi o conjunto de Censos Escolares, referentes aos anos 2013 e 2019, produzidos e divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O Censo Escolar é o principal mecanismo de recolhimento de informações sobre as diferentes etapas e modalidades da educação básica e profissional no país, abrangendo escolas públicas e privadas. Consiste na coleta anual de dados sobre os alunos, profissionais da educação, turmas e escolas, os quais são declarados, de forma compulsória, pelas escolas por meio de um sistema eletrônico. Desde 2007, assumiu sua atual configuração, com a implantação do “Sistema Educacenso”.

Essas informações estão disponíveis na forma de microdados para o período 1995 a 2018, no site institucional (<http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>), compactados e em formato TXT e CSV. Nos pacotes de dados, encontram-se arquivos “Leia-me”, tutoriais que detalham o conteúdo de todos os arquivos divulgados, apresentam dicionários de

variáveis e sugerem sintaxes, já prontas, para a conversão dos arquivos para serem utilizados nos programas SPSS e SAS. Os pacotes também contêm arquivos em formato XLS com correspondência entre códigos e categorias de variáveis específicas, as quais não poderiam estar contidas no dicionário do tutorial devido ao grande volume de informações.

Optou-se pela conversão ao formato SAV, próprio para ser utilizado no programa SPSS, devido à propriedade de uma licença desse programa de manipulação de dados estatísticos pela instituição de vínculo e, principalmente, pelo conhecimento e experiência da equipe na utilização do programa para trabalhar com dados dos Censos Demográficos do IBGE, dentre outras bases de tamanho e complexidade semelhantes.

Desse modo, foram montadas bases de dados específicas para cada ano e censo respectivo. Para os registros dos docentes, em cada ano, foram selecionadas variáveis de interesse, tais como sexo, idade, curso de formação, tipo administrativo e lugar do estabelecimento de ensino, regime de contratação, disciplinas ensinadas, entre outras.

Construídas tais bases, foram realizados os procedimentos próprios da análise estatística descritiva. Tabelas e gráficos, nessa etapa, foram produzidos para que fossem conhecidas as frequências e cruzamentos relativos às variáveis de interesse, etapas necessárias para que a comparação entre grupos tivesse consistência. Medidas de centralidade dos dados (média, mediana, moda) e sua variabilidade (intervalo, amplitude, desvio padrão) também foram obtidas, quando aplicáveis, assim como medidas de posição (quartis e outros percentis).

A análise das informações produzidas resultou na elaboração de perfis dos professores no ensino médio na Região Nordeste, assim como foi possível observar sua transformação entre os anos de 2013 e 2019. Ademais, as informações quantitativas foram utilizadas para produzir cartogramas do Nordeste, recortado em suas microrregiões, com as principais características dos docentes no ensino médio. Esses mapas foram elaborados com o programa de uso gratuito Philcarto (<http://philcarto.free.fr/>).

Adequação da formação docente para o ensino de Sociologia

Conforme apontado anteriormente, dentre as questões atuais a serem abordadas sobre o sistema de ensino na educação básica, a adequação entre formação do docente e a disciplina ensinada tem lugar de destaque devido às metas colocadas pelo PNE e aos efeitos esperados e verificados no desempenho dos estudantes (CARMO et al, 2014). No caso do Ensino Médio, etapa de competência estadual, a diversidade de políticas educacionais associada à temporalidade de implantação da Sociologia como disciplina obrigatória tem produzido uma pluralidade de cenários em relação a indicadores da referida adequação, resultando em grande heterogeneidade de situações, a depender do espaço territorial analisado. Além disso, problemas estruturais entre demanda e oferta desses docentes e as condições de trabalho existentes, de forma geral, condicionam a evolução do indicador de adequação em tela (RAIZER et al, 2017). Para que possamos avaliar essa questão na Região Nordeste do Brasil, buscamos informações para contextualizar o perfil do professor no tempo e no espaço.

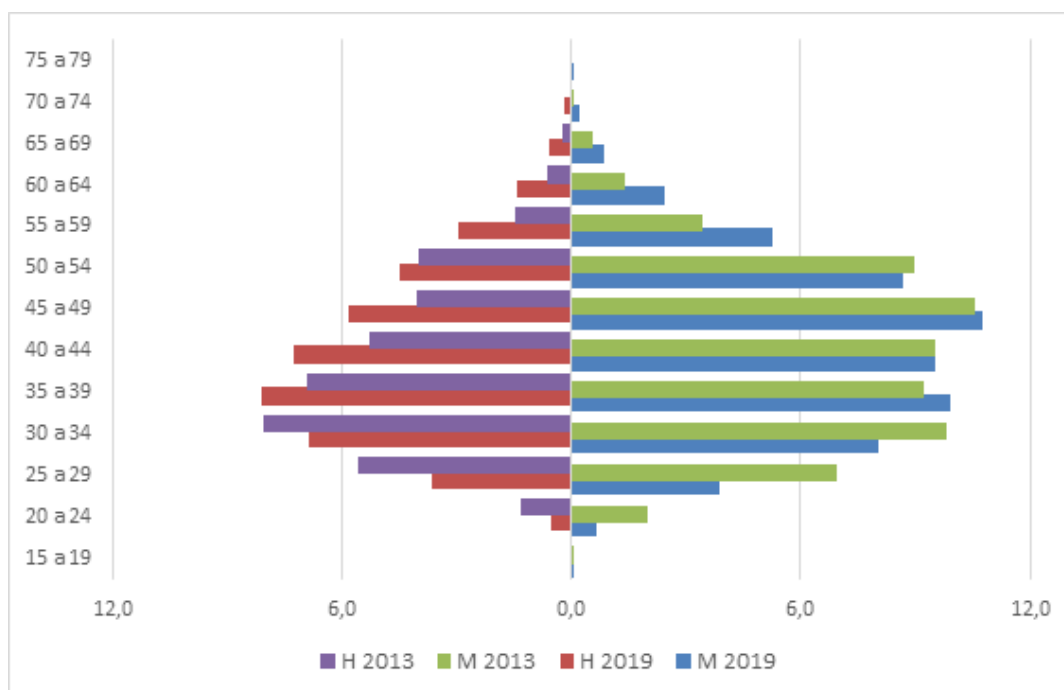
A seguir, utilizamos dados que se referem aos docentes da disciplina de Sociologia no Ensino Médio, no caso da Figura 1, e às turmas, para as quais os referidos docentes lecionaram, no caso das demais tabelas, gráfico e cartogramas. A opção pela utilização de informações a respeito das turmas deu-se pelo fato de a estrutura do banco de dados sobre docentes apresentar o número de casos em correspondência a cada turma atendida pelo professor. Como os professores eventualmente atendem turmas em diferentes escolas, regimes de contratação ou municípios, não seria possível observar alguns dos resultados aqui caso fossem apresentados de outra forma.

A Figura 1 apresenta a pirâmide por idade e sexo de 15.423 professores em 2013 e 15.742 em 2019, variação que se traduz em um aumento de 2,1% no número de professores de Sociologia no Nordeste no período analisado. Os resultados de 2013 evidenciam a proeminência de

mulheres, que correspondiam a 63% dos docentes, com distribuição etária bastante diferente dos homens. Enquanto 54% dos homens encontravam-se na faixa de 30 a 44 anos, as mulheres nesta faixa correspondiam a 46%, apresentando, ainda, proporção importante até os 54 anos. Em 2019, as mulheres continuavam com proporção superior, mas com ligeira redução, perfazendo 59% dos docentes. Os homens ampliaram a concentração na faixa de 30 a 44, agora em 54%, assim como as mulheres, em 46% dos casos, sempre com média de idade superior aos homens.

Em 2013, a distribuição por faixas de idade apresenta reentrâncias na faixa de 35 a 39 anos para as mulheres e, na faixa de 45 a 49 anos, para homens. Em 2019 essa reentrância segue a inércia da evolução etária e aparece na faixa de 40 a 44 anos para as mulheres, e desaparece na estrutura etária masculina. Essa lacuna de mulheres em determinada faixa etária ao longo dos anos e para o agregado do Nordeste merece uma análise mais detalhada, mas que não será objeto deste estudo.

Figura 1. Nordeste. Estrutura por sexo e idade do professor de Sociologia no Ensino Médio. 2013 e 2019.



Fonte: microdados do Censo Escolar do INEP (2013 e 2019). Tabulação própria.

A Tabela 1 representa a distribuições das escolas com turmas do Ensino Médio que tiveram aula de Sociologia em 2013 e 2019, segundo o tipo administrativo de instituição. Pelo fato de o Ensino Médio ser de competência dos estados,

essa é a categoria predominante, com leve crescimento no período. O número de turmas com aulas de Sociologia em 2013 era de 58.608, e em 2019 passou a 66.199, aumento correspondente a 13%.

Tabela 1. Nordeste. Distribuição das instituições com turmas do Ensino Médio com aula de Sociologia, segundo tipo da instituição. 2013 e 2019.

Tipo da Instituição	Ano	
	2013	2019
Federal	1,8	1,9
Estadual	85,8	86,1
Municipal	0,8	0,4
Privada	11,5	11,6
Total	100,0	100,0

Fonte: microdados do Censo Escolar do INEP (2013 e 2019). Tabulação própria.

Os contratos de trabalho dos docentes do ensino público podem ser de quatro tipos: concursado, temporário, terceirizado ou CLT. Como os dois últimos somados não chegam a 0,5% dos casos, optou-se por apresentar somente os concursados e temporários na Tabela 2, distribuídos segundo o sexo do docente e ano do

censo. De forma geral, os professores de Sociologia do Ensino Médio no Nordeste são concursados em, aproximadamente, 60% dos casos, com leve superioridade para as mulheres em 2013, mas com mudança em favor dos homens para essa categoria, observada em 2019.

Tabela 2. Nordeste. Distribuição do tipo de contrato do professor de Sociologia no Ensino Médio segundo o sexo. 2013 e 2019.

Tipo de contrato	2013		2019	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Concursado	60,9	61,8	68,4	64,2
Temporário	39,1	38,2	31,6	35,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: microdados do Censo Escolar do INEP (2013 e 2019). Tabulação própria.

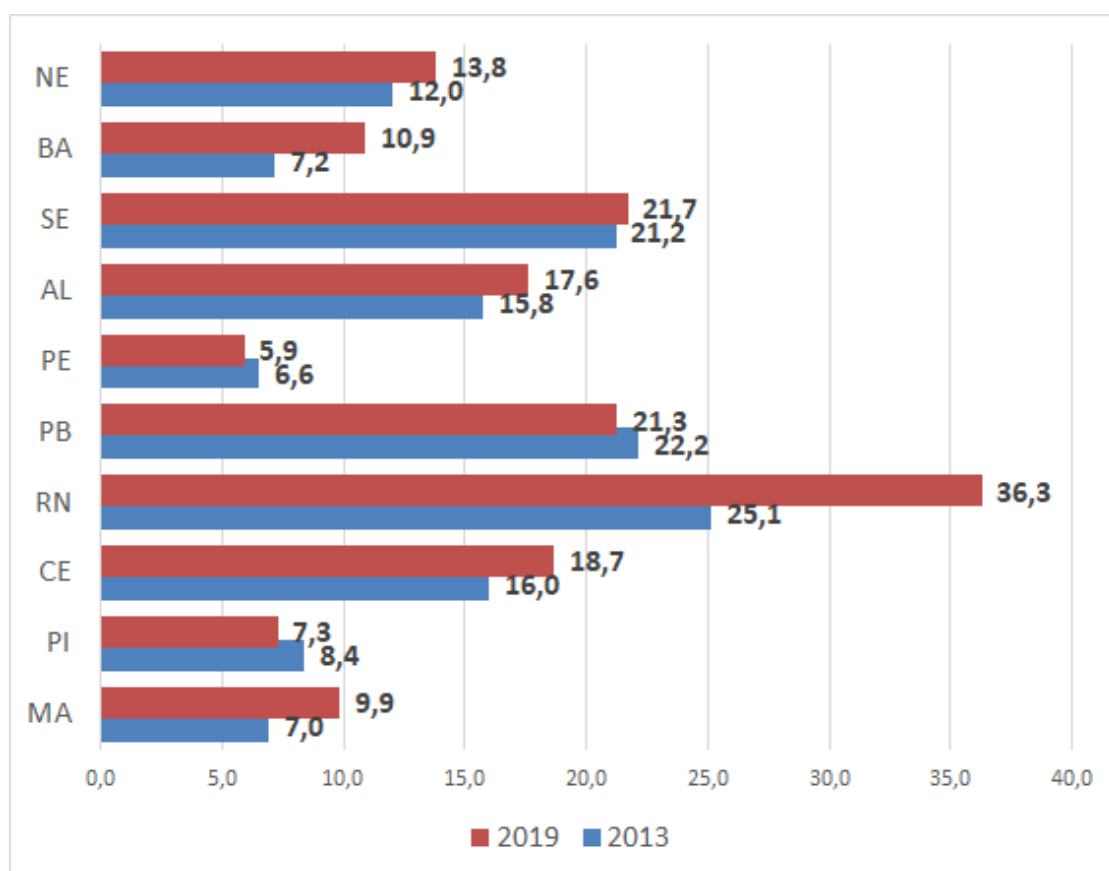
Segundo a Nota Técnica n.º 020/2014 emitida pelo Ministério da Educação em 21 de novembro de 2014 (BRASIL, 2014), os docentes são categorizados em quatro grupos, de acordo com a adequação de sua formação em relação à disciplina que leciona. O Grupo 1 corresponde aos docentes com formação superior de

licenciatura na mesma disciplina que lecionam, ou bacharelado na mesma disciplina com curso de complementação pedagógica concluído, e tal distribuição de adequação dos professores de Sociologia é representada no Gráfico 1 para cada estado do Nordeste, e para a região como um todo. Destaca-se, inicialmente, a heterogeneidade

no indicador entre os estados, sendo o Rio Grande do Norte a Unidade da Federação com o melhor índice nos dois anos em análise e com grande crescimento no ano mais recente, ao passo que Pernambuco apresenta a pior adequação e registra diminuição na proporção de docentes com formação adequada no período mais recente. Também cabe observar que, apesar das diferenças, os estados tiveram melhora nesse quesito no período analisado, com exceção do Piauí, Paraíba

e Pernambuco. Ademais, é importante considerar que internamente a cada estado a proporção de docentes com formação adequada ao ensino de Sociologia varia enormemente, à medida em que os dados são desagregados. Com relação ao agregado da Região Nordeste, verificou-se a melhora do indicador, que era de 12,0% em 2013 e passou a 13,8% em 2019.

Gráfico 1. Nordeste. Distribuição proporcional de docentes com formação adequada para o ensino de Sociologia no Ensino Médio segundo o estado – 2013 e 2019.



Fonte: microdados do Censo Escolar do INEP (2013 e 2019). Tabulação própria.

Outro elemento importante para caracterizar a situação do ensino de Sociologia no Ensino Médio do Nordeste é o cruzamento das informações a respeito do contrato de trabalho e da adequação da formação do professor para ensino da disciplina, conforme é apresentado na Tabela 3. Fica evidente a maior proporção dos

professores concursados com formação adequada, em ambos os anos (16,4% e 16,8%, respectivamente), mas destaca-se a importante ampliação da adequação entre os docentes com contrato temporário no período mais recente, passando de 5,6% para 9,0% nesta categoria de contrato.

Tabela 3. Nordeste. Distribuição dos professores de Sociologia no Ensino Médio segundo contrato de trabalho e adequação da formação em relação à disciplina ensinada. 2013 e 2019.

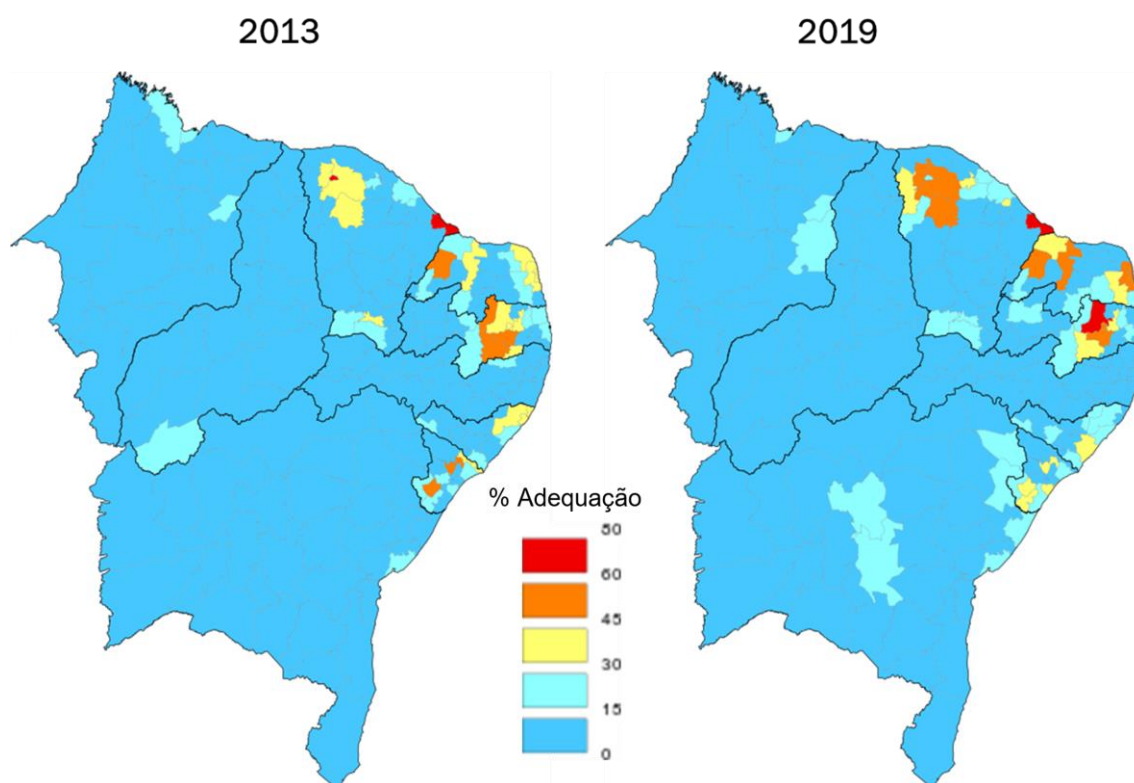
Tipo de contrato	2013			2019		
	Inadequado	Adequado	Total	Inadequado	Adequado	Total
Concursado	83,6	16,4	100,0	83,2	16,8	100,0
Temporário	94,4	5,6	100,0	91,0	9,0	100,0

Fonte: microdados do Censo Escolar do INEP (2013 e 2019). Tabulação própria.

Os cartogramas apresentados na Figura 2 correspondem aos indicadores de adequação da formação dos professores em relação ao ensino de Sociologia no Ensino Médio da totalidade de escolas do Nordeste, agrupadas em microrregiões,

e sua evolução entre 2013 e 2019. A situação é insatisfatória na imensa maioria das microrregiões do Nordeste que tem índice de adequação abaixo de 30%. Apesar disso, observa-se a melhora nesse quesito em espaços específicos.

Figura 2. Cartograma das microrregiões da Região Nordeste segundo adequação da formação do professor de Sociologia no Ensino Médio. 2013 e 2019.



Fonte: microdados do Censo Escolar do INEP (2013 e 2019). Tabulação própria. Elaborado por Wilson Fusco com Philcarto (<http://philcarto.free.fr/>).

Foram registradas seis microrregiões com concentração de perfis de professores com

formação adequada acima de 50% em 2019, conforme a Tabela 4:

Tabela 4. Unidades federativas, microrregiões e municípios da Região Nordeste com adequação da formação do professor de Sociologia no Ensino Médio superior a 50%. 2019.

UF	Microrregião	Maior município	Adequação
Ceará	Litoral de Aracati	Aracati	80%
Paraíba	Curimataú Ocidental	Cuité	62%
RG do Norte	Chapada do Apodi	Apodi	59%
Paraíba	Campina Grande	Campina Grande	55%
RG do Norte	Natal	Natal	52%
Paraíba	Esperança	Esperança	50%

Fonte: microdados do Censo Escolar do INEP (2019). Tabulação própria.

Considerações finais

Os Censos Escolares do INEP de 2013 e 2019 nos mostram um cenário que está muito longe daquele estabelecido tanto na LDB quanto no PNE. Na região Nordeste, a maioria dos estados apresenta um índice de adequação na formação para o ensino de Sociologia abaixo de 30%.

Entre 2013 e 2019, identificamos um aumento de 2,1% no número de professores da disciplina, o que se reflete num aumento de turmas correspondente a 13%. As mulheres superam o número de homens ensinando Sociologia, somando 59% de docentes, com maior concentração, para ambos, na faixa etária de 30 a 44 anos em 2019. No que diz respeito ao regime de contratação, houve uma elevação dos professores da escola pública concursados, de 61% para 66%. Destaca-se que, o índice de adequação dos docentes temporários é mais baixo que o dos concursados (5,6% e 16,4%, respectivamente, em 2013), mas que houve importante progresso no período mais recente (9,0% e 16,8%, respectivamente, em 2019) para os que têm contrato temporário de trabalho.

Regionalmente, temos um cenário bastante heterogêneo quanto à adequação de formação. O Rio Grande do Norte a Unidade da Federação com o melhor índice (36,3%) ao passo que Pernambuco apresenta a pior adequação

(5,9%) em 2019. Houve uma pequena melhora no indicador para toda a região Nordeste, que era de 12,0% em 2013 e passou a 13,8% em 2019. Ceará, Paraíba, e Rio Grande do Norte têm microrregiões onde o índice é superior a 50%, formando pequenas ilhas num cenário desalentador para o ensino de Sociologia.

Os dados até aqui analisados abrem um conjunto de possibilidades no campo dos estudos voltados ao ensino de Sociologia (HANDFAS, POLESSA; 2014). Neste caso particular, traçamos os limites de um horizonte onde a formação na licenciatura, sexo, idade, distribuição espacial e regimes de contratação de docentes apresentam-se como variáveis a serem mais bem exploradas não só para auxiliar as diretrizes contidas na LDB e no PNE, mas também para desenvolvermos estratégias de consolidação da Sociologia como componente curricular do Ensino Médio.

Num cenário de transformações do Ensino Médio, no qual a Base Nacional Comum Curricular passa a estabelecer os “conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica”, conforme a LDB (BRASIL, 1996), a ampliação do conhecimento a respeito dos professores e das professoras de Sociologia tem o potencial de tornar-se um recurso para a formulação de políticas públicas estaduais do Nordeste, tanto para a formação continuada de

docentes quanto para a adequação dos currículos estaduais.

Agradecimentos

Os resultados aqui apresentados derivam do projeto de pesquisa “O licenciado em Ciências Sociais e sua atuação profissional em Pernambuco”, financiado pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Edital Facepe 20/2014 APQ - 11207.02/15). Para realização deste artigo, contamos com o apoio institucional da Fundação Joaquim Nabuco.

Referências

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Ciências humanas e suas tecnologias**. Sociologia. Brasília: Ministério da Educação, 2006. (Orientações curriculares para o ensino médio; volume 3).
- BRASIL. Presidência da República. **Lei 13.005, 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, Presidência da República, 2014. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Consultado em: 30 jan. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Nota Técnica n.º 20 de 21 de novembro de 2014**. Apresenta os procedimentos para cálculo do indicador de adequação da formação do docente da educação básica. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/resultados/2013/nota_tecnica_indicador_de_adequacao_da_formacao_do_docente_da_educacao_basica.pdf. Consultado em: 15 jul. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília, Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://simec.mec.gov.br/pde/grafico_pne.php. Consultado em: 10 fev. 2020.
- CARMO, Erinaldo Ferreira; FIGUEIREDO FILHO, Dalson Brito.; ROCHA, Enivaldo Carvalho da; SILVA, Lucas. Um estudo da relação entre a adequação na formação docente e o desempenho escolar no ensino médio regular. **Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 4, n. 12, p. 24-37, jan. 2016. ISSN 2237-258X. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/4054>. Acesso em: 22 abr. 2021.
- GOMES, Darcilene Claudio; Trópia, Patrícia; FUSCO, W.; ZARIAS, A. Inserção Profissional dos Cientistas Sociais na Região Nordeste do Brasil: um olhar para o trabalho docente. XXXI Congresso ALAS, 2017, Montevideo. Anais do XXXI Congresso ALAS, 2017.
- HANDEFAS, Anita; POLESSA, Júlia. O estado da arte da produção científica sobre o ensino de sociologia na educação básica. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 1, n. 74, p. 45-61, 2014.
- RAIZER, Leandro.; CAREGNATO, Célia Elizabete; MOCELIN, Daniel Gustavo; PEREIRA, Thiago Ingrassia. O Ensino da Disciplina de Sociologia no Brasil: Diagnóstico e Desafios para a Formação de Professores. **Revista Espaço Acadêmico (UEM)**, v. 16, p. 15-26, 2017.
- ZARIAS, A.; MONTEIRO, A. R. A.; BARRETO, T. V. Mestrado profissional em ciências sociais para o ensino médio: a experiência nos horizontes da formação

- continuada para professores. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, v. 2, p. 129, 2014.
12. ZARIAS, A.; FUSCO, W.; GOMES, D. C. Perfil sócio-ocupacional de docentes com formação em Ciências Sociais no Brasil (2010). In: Helena Bomeny. (Org.). **Ensino de Sociologia na Graduação: perspectivas e desafios**. 1ed. São Paulo: Annablume, 2017, v. 1, p. 187-206.
13. ZARIAS, A.; MONTEIRO, A. R. A.; PADILHA, S. C.; BARRETO, T. V. Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio): ampliando a formação continuada de professores do ensino médio. In: Ileizi Fiorelli Silva; Danyelle Nilin Gonçalves. (Org.). **A Sociologia na Educação Básica**. 1ed. São Paulo: Annablume Editora, 2017, v. 1, p. 289-304.
14. ZARIAS, A.; LIMA, F. C. F.; FUSCO, W. Profissionalidade e formação continuada em Sociologia: desafios para o Ensino Médio público em Pernambuco. In: Marili Peres Junqueira; Marcel Mano. (Org.). **A formação do professor de Ciências Sociais: desafios e possibilidades**. 1ed. Uberlândia: EdUFU, 2018, v. 1, p. 144-161.